

6-1-2015

Língua, Leitura, História

Fábio Ramos Barbosa Filho

Follow this and additional works at: <https://scholar.oxy.edu/decalages>

Recommended Citation

Ramos Barbosa Filho, Fábio (2014) "Língua, Leitura, História," *Décalages*: Vol. 1: Iss. 4.
Available at: <https://scholar.oxy.edu/decalages/vol1/iss4/21>

This Pecheux Dossier is brought to you for free and open access by OxyScholar. It has been accepted for inclusion in *Décalages* by an authorized editor of OxyScholar. For more information, please contact cdla@oxy.edu.

Língua, Leitura, História¹

Fábio Ramos Barbosa Filho

Introdução

Em 1971, Michel Pêcheux colocava em cena a pertinência de uma teoria do discurso no materialismo dialético². Essa reflexão, que incidia mais diretamente sobre o lugar da semântica nos estudos sobre a linguagem, tocava a necessidade uma teoria do discurso que levasse em conta não apenas a questão mais generalista do “simbólico” ou das “línguas”, mas o próprio da *língua* enquanto base material dos processos discursivos. Isso implicava compreender a língua fora das tendências bio-psico-logicistas – sem cair, no entanto, no desvio ideológico do historicismo/sociologismo – através de uma ruptura com o empirismo na *semântica* e nas práticas de *leitura*.

Tomar a língua como conceito incontornável levou o filósofo a propor uma *mudança de terreno* nos estudos sobre a linguagem e nas chamadas disciplinas vizinhas, que reclamavam a cientificidade da linguística para instituir seus objetos e problemáticas. Na linguística, são questionados o logicismo/formalismo, o sociologismo/historicismo e as correntes identificadas como “linguística da fala” pelas formas como cada qual silenciava, a seu modo, o político, o histórico e o social, acreditando, no entanto, falar deles³. No entorno da linguística, marcou uma distância tanto da semiologia quanto da análise de conteúdo justamente pela relação que essas duas formações teóricas possuíam com o conceito de língua: de um lado, uma crítica à semiologia por “importar” o método linguístico contornando determinações teóricas fundamentais: de modo mais incisivo, *ignorar* o próprio corte saussuriano⁴. De outro, uma crítica à análise de conteúdo, fortemente amparada numa

¹ Dedico este texto aos militantes do MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, que na sua *leitura* da questão urbana, conseguem deslocar sentidos, mudar de terreno e nos lembrar que a luta por palavras faz parte da luta política. Agradeço ao amigo Rogério Modesto pela leitura atenta.

² Pêcheux, 2011c.

³ Na relação com o político, a história e o social o logicismo é distinto: ele assume, filosoficamente, que a história é subsumida por conflitos lógicos, éticos e psicológicos. Sobre esse ponto ver Pêcheux, 2011e.

⁴ Essa crítica aparece de forma incisiva em HAROCHE; HENRY; PÊCHEUX, 2011.

concepção comunicacional da linguagem que recalcava a língua através da noção de *mensagem*⁵.

Ao colocar em cena a pertinência de uma teoria materialista do discurso (e da semântica), Pêcheux segue um caminho aberto, mas não explorado por Louis Althusser. Para usar uma fórmula conhecida, um caminho que em Althusser *está presente por uma ausência necessária*. Esse caminho, bifurcado, nos leva a duas direções, ambas vastamente exploradas por Michel Pêcheux: em um primeiro momento⁶ o filósofo argelino propõe uma negação categórica do empirismo da *leitura* a partir de uma teorização radical do conceito de história. Em um segundo momento⁷, Althusser propõe uma relação fundamental entre a questão do *sujeito* e a questão do *sentido*, pensando a significação enquanto processo ideológico. Ele diz:

Como todas as evidências, inclusive as que fazem com que uma palavra “designa uma coisa” ou “possua um significado” (portanto inclusive as evidências da “transparência” da linguagem), a evidência de que você e eu somos sujeitos – e até aí não há problema – é um efeito ideológico, o efeito ideológico elementar. (ALTHUSSER, 1985, p. 94)

O fato é que Althusser “não estava particularmente interessado pela linguagem, e é aí que chegamos ao âmago daquilo que tem de ver com Pêcheux: as relações entre a linguagem e a ideologia” (HENRY, 2010, p. 36). Althusser havia dado a ver, conforme mencionei acima, um paralelo entre *leitura* e *história* e entre *sujeito* e *sentido*, mas a questão da língua – e mesmo da linguagem – era lateral às suas preocupações teóricas, que estavam fortemente ancoradas na construção de uma teoria da(s) ideologia(s).

Frente às colocações de Althusser, Pêcheux vai afirmar que não se pode pensar uma teoria da leitura e do sentido sem pensar no modo pelo qual essas instâncias são determinadas pela história, pelo político⁸ e por um modo específico de organização da divisão social da

⁵ Esse ponto é crucial. Michel Pêcheux começa a desenvolver a sua teoria do discurso a partir, justamente, da crítica ao modelo clássico da comunicação. A esse respeito, ver Pêcheux, 2010a.

⁶ Althusser, 1979b e 1980b.

⁷ Althusser, 1985.

⁸ É importante frisar que o conceito de político, na conjuntura teórica e política da obra de Michel Pêcheux, na sua relação com a teoria e, sobretudo, no seu rigoroso trabalho conceitual, marca uma diferença e uma posição específica no interior do marxismo. Vale a pena mencionar que, desde Althusser (1980b) e Poulantzas (1971), se coloca a necessidade de pensar a radicalidade e a especificidade do político e do

leitura. Mas na intervenção teórica de Pêcheux, um ponto é fundamental: a *língua*, em sua autonomia relativa, desempenha um papel crucial nesse processo de determinação. É essa articulação que permite o tripé *língua, leitura e história* evocado pelo título deste trabalho e que guiará o restante do artigo.

Inicialmente farei um percurso pela intervenção althusseriana frente à questão da leitura e da história para, posteriormente, pensar de que modo essas intervenções são retomadas e transformadas por Michel Pêcheux, tendo em vista a especificidade do seu objeto (o discurso) e da sua problemática fundamental (a construção de uma teoria materialista do discurso)⁹.

Leitura, empirismo, história

Louis Althusser, certa vez afirmou¹⁰: “Não basta ter um livro diante dos olhos: é necessário saber lê-lo”. Em outra ocasião¹¹, perguntou: “Que é ler?”. Essas colocações não são de modo algum retóricas. Sintetizam uma rejeição categórica do empirismo e, de modo específico, a rejeição absoluta a qualquer *empirismo da leitura*. Desde os seus escritos iniciais uma questão fundamental se coloca: não existe leitura *inocente*, ou seja, ler é uma prática determinada – *culpada* – por uma posição, determinada conjunturalmente no quadro de uma formação teórica (ideologias filosóficas, ciências, formas históricas de sedimentação do saber/conhecimento) ou de uma filosofia espontânea.

Althusser, ele próprio, abalou o terreno do marxismo ao propor uma leitura inovadora da obra de Marx¹², colocando a emergência e as condições de produção de um discurso humanista e historicista no seio do marxismo: a queda do stalinismo direcionou o marxismo a um retorno à problemática antropológica da juventude de Marx em

histórico, ou seja, a especificidade dos conceitos de político, política e história no interior do marxismo a partir do conceito de totalidade marxista (“estrutura complexa com dominante”), radicalmente distinto do conceito hegeliano de totalidade que é recuperado por alguns teóricos como Gramsci e Lukács e que encaminham o marxismo para uma “sobrepolitização de caráter voluntarista” (POULANTZAS, 1971, p. 38). Tratarei brevemente desta questão, crucial para problematizar a relação da análise de discurso com o marxismo, na seção seguinte.

⁹ Se faz necessário afirmar que essas relações teóricas não são fortuitas. A relação entre Althusser e Pêcheux não é acidental, ocasional, mas constitutiva do edifício teórico da análise de discurso. De modo mais enfático, a relação entre materialismo histórico e análise de discurso é incontornável e instituída a partir de um terreno específico.

¹⁰ Althusser, 1981.

¹¹ Althusser, 1979b.

¹² Aqui me refiro aos ensaios contidos na obra *A favor de Marx*. Cf. Althusser, 1979.

nome da liberdade do homem frente a alienação intrínseca ao modo de produção capitalista. O filósofo queria, na sua dupla intervenção (teórica e política), dividir a filosofia marxista (o materialismo dialético ou a Teoria) de todas as outras filosofias pautadas no subjetivismo: o historicismo, o pragmatismo e o empirismo. Essa divisão separava, fundamentalmente, Marx de Hegel. Uma segunda intervenção precisava a distinção entre o Marx das *Obras da Juventude* do Marx de *O Capital*. Althusser recorre a duas noções fundamentais para situar o empreendimento que separa a ideologia (pré-marxista) da ciência (marxista): a noção de *problemática* (unidade específica de uma formação teórica), tomada de empréstimo de Jacques Martin a noção de *corte epistemológico*, tomada da epistemologia de Gaston Bachelard.

Mas é no *Ler O Capital* (de 1965) que ele coloca em evidência o sentido teórico da *leitura*. Assume de imediato a *culpa* por ter lido *O Capital* de um modo específico: como filósofo, questionando “o objeto específico de um discurso específico e a relação específica desse discurso com o seu objeto” (ALTHUSSER, 1979b, p. 13). É uma diferença – e dado que “nunca há definição a não ser de uma diferença” – entre o objeto de *O Capital*, o objeto da economia clássica e entre as obras da juventude de Marx. É nesse gesto de leitura que Althusser esboça uma teoria *antiempirista* da leitura e do tempo histórico por um incisivo recuo crítico, propondo uma discussão acerca do *visível* e do *invisível* no interior de uma formação teórica. A crítica do empirismo, esse *mito* que pode exercer uma “fascinação tranquilizadora”, é categórica e fundamental para que se compreenda a necessidade de uma teoria da leitura concebida um como *processo* situado na conjuntura teórica/política e, ao mesmo tempo, assentado numa concepção *não historicista da história*.

Althusser afirma que “desde Marx, deveríamos começar a suspeitar do que, pelo menos em teoria, *ler* e portanto escrever *querem dizer*” (ALTHUSSER, 1979b, p. 14) e coloca em cena, a partir dessa intervenção, a relação constitutiva entre leitura e história. O filósofo afirma que a concepção de *leitura* no jovem Marx se resume a ler a presença da essência abstrata na transparência do concreto a partir de uma leitura imediata da essência na existência que exprime o modelo religioso do Saber Absoluto hegeliano. Concepção que, de acordo com Althusser, se transforma radicalmente. Do procedimento de leitura do jovem Marx a “uma teoria da história capaz de nos fornecer uma nova teoria do *ler*” (*ibidem*, p. 16) há um longo

intervalo e um corte fundamental: é justamente rompendo com o mito religioso da leitura que se abre a possibilidade de um deslocamento que permite a instalação, ao mesmo tempo, de uma teoria da *leitura* e da *história*. Ou, nas palavras do filósofo:

Lá onde o jovem Marx dos *Manuscritos de 44* lia em livro aberto, imediatamente, a essência humana na transparência de sua alienação, *O Capital* toma pelo contrário a exata medida de uma distância, de um deslocamento interior ao real, inscritos na sua *estrutura* e de tal modo que tornam seus próprios efeitos ilegíveis, e façam da ilusão de sua leitura imediata o último e final de seus efeitos: o *fetichismo* (*ibidem*, p. 15)

Práticas distintas filiadas a posições filosóficas distintas. Na crítica ao Saber Absoluto hegeliano Althusser faz questão de situar o lugar de Spinoza na elaboração de uma teoria materialista do ler, assumindo-o como precursor de Marx. Frente à “opacidade do imediato”, Spinoza “funde” a essência do *ler* à essência da *história* numa teoria da diferença entre o *imaginário* e o *verdadeiro*:

Que Spinoza, o primeiro em todos os tempos a suscitar o problema do *ler*, e por conseguinte do *escrever*, tenha sido também o primeiro no mundo a propor simultaneamente uma teoria da história e uma filosofia da opacidade do imediato; que nele pela primeira vez no mundo um homem tenha ligado a essência do ler e a essência da história numa teoria da diferença entre o imaginário e o verdadeiro – eis o que nos faz compreender por que é por uma razão necessária que Marx só pôde tornar-se Marx fundando uma teoria da história e uma filosofia da distinção histórica entre a ideologia e a ciência, e que em última análise essa fundação se tenha consumado na dissipação do mito religioso da *leitura* (*idem*)

Desde Spinoza, então, a questão da história se depara frontalmente com a questão do *ler/ver* e se institui uma relação entre *presença* e *ausência* frente aos deslocamentos que precisam ser efetuados para que certas coisas possam ser vistas: do imediatismo da leitura que funde o abstrato no concreto, convém pensar a leitura a partir da opacidade do legível, num retorno a Spinoza contra o empirismo e o idealismo.

Para ilustrar o que chama de *leitura sintomal* (ou sintomática), Althusser mostra que o que Marx faz com o *texto* da economia política é a introdução de um *conceito* (“força de trabalho”) presente no vazio do texto clássico e com isso “responde uma resposta até então sem questão” (ALTHUSSER, 1979b, p. 22), abrindo espaço para que outra pergunta se faça: “qual o valor da força de trabalho?”. Marx, que tinha um olhar aguçado para essas relações de linguagem, designa o mal-entendido da economia política em relação ao seu objeto como um *jogo de palavras*¹³, como se dois textos estivessem em cena ao invés de apenas um. Em torno dessa prática que supõe dois textos – aquele das presenças e aquele que suspira os espaços do possível, dos lapsos, dos silêncios, das presenças ausentes onde o “segundo articula-se nos lapsos do primeiro” – o processo de leitura não pode mais ser concebido como uma historicização de palavras e conceitos estando o conceito de história pressuposto ou encarado como *devir* ou *sucessão* de tempo, mas na remissão de um objeto a uma articulação específica na *totalidade*. É esse deslocamento que representa não um aguçamento do olhar, mas uma mudança de terreno e uma transformação da problemática. A esse respeito, Althusser enfatiza que para

[...] ver esse invisível, para ver esses “equivocos”, para identificar essas lacunas na densidade do discurso, esses espaços em branco na plenitude do texto, impõe-se coisa diferente de um olhar agudo ou atento: impõe-se um olhar instruído, um olhar renovado, produzido por sua vez por uma reflexão da “mudança de terreno” no ato do ver, onde Marx imagina a transformação da problemática (*ibidem*, p. 27)

É por isso que uma ciência “só pode formular problemas no terreno e no horizonte de uma estrutura teórica determinada” (*ibidem*, p. 24), ou seja, as relações de (in)visibilidade ganham corpo a partir do seu lugar na conjuntura teórica/política sendo visível “todo objeto ou problema que se situa no terreno, e no horizonte, isto é, no campo estruturado definido da problemática teórica de determinada

¹³ A questão que se coloca aqui é uma tensão entre *conteúdo* e *deslocamento* (um dos cerne da análise de discurso), que para nós poderia ser repensada a partir da própria distinção entre *conteúdo* e *discurso* (relação língua/história, relação sentido/processos históricos) ou entre pré-construído e evidência, pensando a historicidade da evidência frente aos processos históricos que a sustentam como tal. A questão que se coloca, então, não é mais a de responder questões (diante do mesmo, pensar conteúdos ou argumentos), mas deslocar as próprias questões para dar visibilidade a outras que estavam silenciadas pela evidência de certas discursividades dominantes.

disciplina teórica” e invisível o “não-ver da problemática teórica sobre os seus não-objetos” (*ibidem*, p. 25). E esse olhar *renovado* produzido por uma *mudança de terreno* – que não é uma simples mudança de ponto de vista (conforme o mito idealista) que colocaria o sujeito no centro desse processo – mas uma mutação do modo de produção teórico estando o sujeito determinado (“à revelia”) por essa mudança na conjuntura teórica.

Esse movimento específico que coloca a introdução de um conceito/palavra enquanto elemento fundamental nesse jogo de lacunas, reaparece em uma formulação bastante afeita ao procedimento de Marx no *Filosofia e filosofia espontânea dos cientistas* (ALTHUSSER, 1979a) quando Althusser trata da distinção entre as relações de *aplicação* e *constituição* nas ciências exatas e naturais:

Uma palavra em vez de outra: *constituição* no lugar de *aplicação*: parece uma ninharia. Contudo, é assim que a filosofia procede. Basta uma nova palavra para desembaraçar o espaço duma pergunta, aquela que não tinha sido posta. A nova palavra abala as antigas, e faz o vazio para a nova pergunta. A nova questão põe em questão as antigas respostas, e as velhas questões adormecidas debaixo delas. Ganha-se aí uma nova visão das coisas (*ibidem*, p. 34)

Ratificando o procedimento levado a cabo por Marx na crítica da economia política, Althusser nos mostra como esse recurso (que em análise de discurso poderíamos chamar de “paráfrase”), desestrutura, desembaraça o espaço estabilizado de uma formação teórica, deslocando a problemática, mudando o terreno e abrindo espaço para que novas questões se coloquem.

É, pois, diante dessa conjuntura teórica que Althusser propõe pensar no modo de articulação da história com a leitura e, de modo mais direto, nas implicações de articulação de uma *teoria* da leitura e uma *teoria* da história¹⁴. Essa relação toma a forma de uma crítica ao historicismo e ao rompimento com a totalidade expressiva hegeliana (onde há uma eficácia do todo sobre seus elementos) que condensa o mito religioso da leitura: a questão fundamental para Althusser é que no historicismo o conceito de história é previamente tomado como o *dever* histórico, empiricamente associado aos criticados domínios do

¹⁴ Essa relação entre a história *real* e o *conceito* de história (e a teoria da história) é fundamental para compreender a relação entre *objeto real* e *objeto de conhecimento* que será abordada mais adiante.

visível e da *presença*, pressupondo a noção idealista (hegeliana) de totalidade (totalidade expressiva). Na melhor das intenções (humanistas) de amalgamar o marxismo ao movimento operário (ou a teoria da história à história real), cai-se no historicismo e no humanismo ao mesmo tempo: postula-se o homem como sujeito de uma história que não é tomada, por sua vez, enquanto objeto de conhecimento, mas no quadro do empirismo, enquanto objeto evidente¹⁵. Essa crítica toma a sua dimensão efetiva quando compreendemos que para Althusser o conceito de história está fortemente atrelado ao conceito de totalidade e, sobretudo, que o conceito de totalidade expressiva (hegeliana) é radicalmente estranho à totalidade marxista. A estrutura fundamental do historicismo é a “contemporaneidade que permite uma leitura em corte de essência” (ALTHUSSER, 1979b, p. 83) e que é completamente impensável numa concepção marxista de totalidade, pois

[...] se não podemos efetuar na história esse “corte de essência”, há de ser na unidade específica da estrutura complexa do todo que devemos pensar o conceito desses pretensos atrasos, avanços, sobrevivências, desigualdades de desenvolvimento que co-existem na estrutura do presente histórico real: o presente da *conjuntura* (ALTHUSSER, 1980b, p. 47)

O que determina, então, essa estranheza frente à totalidade hegeliana é o fato de que totalidade marxista é composta por níveis cuja temporalidade não é sincrônica, mas níveis formados por temporalidades distintas ou, como Althusser denomina, por uma “temporalidade diferencial” (*ibidem*, p. 46), sendo a “contemporaneidade” completamente distinta da “conjuntura”. Ou seja, cada nível é “relativamente autônomo, portanto relativamente independente, em sua própria dependência, dos ‘tempos’ dos demais níveis” (*ibidem*, p. 39) e se articulam em uma dependência específica em relação ao todo. Pensar a historicidade desse modo é romper, ao mesmo tempo e de imediato, com a cronologia e com a concepção hegeliana de totalidade. Através desse movimento, Althusser nega a armadilha empirista (tomar o tempo histórico como devir) e busca construir um conceito de tempo histórico que possa “rejeitar os conceitos ideológicos da sucessão do visível” (*ibidem*, p. 41) e

¹⁵ Althusser aponta que essa vertente humanista-historicista que coloca o homem como sujeito da história está fortemente atrelada a uma reação de certos pensadores marxistas à II internacional.

compreenda as remissões dos níveis, em suas especificidades históricas, ao todo, à conjuntura e não a uma contemporaneidade indistinta. É assim que se pode compreender a história como uma “realidade que nada tem a ver com a sequência visível dos acontecimentos registrados pela crônica” (*ibidem*, p. 43). Althusser continua:

Do mesmo modo que sabemos, desde Freud, que o tempo do inconsciente não se confunde com o tempo da biografia, que se impõe, pelo contrário, *construir o conceito de tempo do inconsciente* para chegar à compreensão, do mesmo modo é preciso elaborar os conceitos dos diversos tempos históricos, que jamais são dados na evidência ideológica da continuidade do tempo (que bastaria recortar convenientemente por uma boa periodização para transformá-lo em tempo da história), mas que deem ser elaborados a partir da natureza diferencial e da articulação diferencial de seu objeto na estrutura do todo (*idem*)

Uma concepção empirista de história leva necessariamente ao historicismo. E é por isso que o antiempirismo é constitutivo do recuo crítico althusseriano. Nesse processo de *construção de um conceito* (no lugar preenchido, no vazio ideológico, pelo empirismo e pela filosofia da história) Althusser propõe uma definição formal, anti-historicista, de tempo, como

[...] a forma específica da existência da totalidade social considerada, existência em que diferentes níveis estruturais de temporalidade interferem em função das relações peculiares de correspondência, não-correspondência, articulação, defasagem e torção que mantem mutuamente, em função da estrutura de conjunto do todo, os diferentes “níveis” do todo (*ibidem*, p. 49)

É na crítica do empirismo que Althusser, seguindo Spinoza e Marx, insiste na distinção entre *objeto real* (aquele que existe independente do seu conhecimento e que é *produzido no real*) e *objeto de conhecimento* (produto do “pensamento”, *produzido no e pelo “pensamento”*). É fundamental pontuar que a noção de pensamento que figura nessa relação não é, jamais, oriunda do idealismo do sujeito absoluto. O pensamento é “assentado e articulado no mundo

real de uma sociedade histórica dada” (ALTHUSSER, 1979b, p. 43) e é concebido como

[...] o sistema historicamente constituído de um *aparelho de pensamento*, fundado e articulado na realidade natural e social. É determinado pelo sistema das condições reais que fazem dele, se me é lícito arriscar essa fórmula, um *modo de produção* determinado de conhecimentos (*ibidem*, p. 42)

Conceber o pensamento como um processo específico, como um modo de produzir algo a partir de uma matéria prima e um processo de transformação específicos, leva a uma ruptura com o mito idealista (e empirista) do *objeto real* como matéria prima do conhecimento. Althusser afirma que o objeto real não é, como queriam os empiristas, idêntico ao objeto puro, à matéria prima da observação e que frente ao objeto “o conhecimento não o faz então com o objeto *real*, mas com sua própria matéria prima que constitui, no sentido rigoroso do termo, o seu ‘objeto’ (de conhecimento)” (ALTHUSSER, 1980b, p. 44). Para ilustrar essa problemática na obra de Marx, o filósofo relembra a passagem da *Introdução de 57* na qual aparece a “confusão de Hegel”:

[...] Hegel caiu na ilusão de conceber o real como resultado do pensamento, que se concentra em si mesmo, se aprofunda em si mesmo e se movimenta por si mesmo, enquanto o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto é para o pensamento precisamente a maneira de se apropriar do concreto, de o reproduzir como concreto espiritual (MARX, 2003, p. 248)

Althusser chega a dizer que essa a “confusão” não passa de uma variante “da confusão que caracteriza a problemática do empirismo” (ALTHUSSER, 1980b, p. 42). O antiempirismo precisa, então, ser considerado em sua radicalidade no empreendimento althusseriano, fundamentalmente porque o empirismo faz um paralelo entre *abstração* e *conhecimento*: o objeto em causa para o empirismo é um objeto *real* e a abstração (tomada efetivamente como uma *extração*) da essência desse objeto é uma *abstração real*. Althusser, para compreender o que o empirismo chama de *real*, faz um paralelo do processo de abstração empirista com o processo de extração do ouro das camadas de matéria terrosa que o envolvem. Assim como o ouro

existe antes da sua separação dessa ganga, “também a essência do real existe como essência real *no* real que a contém” (*ibidem*, p. 36). E em relação ao *processo* de extração, Althusser afirma:

Pouco importa o processo que permite essa extração (seja por exemplo a comparação entre os objetos, sua fricção uns contra os outros para desbastar a ganga etc.); pouco importa a figura do real, seja ele composto de indivíduos contínuos que contem cada qual, sob sua diversidade, uma mesma essência – ou de um indivíduo único. (*idem*)

Aqui o *real* é o espaço da essência real, do encontrável, “estruturado tal como essa ganga de terra que contém, no interior, um grão de ouro puro” (ALTHUSSER, 1980b, p. 36). É posta uma relação entre o essencial e o inessencial (a sua “superfície visível”, exterior), ou seja, entre o impuro e o puro (o conhecimento) assentada em uma concepção de conhecimento que dá a primazia ao objeto (previamente construído), bastando ao sujeito do conhecimento separá-lo do seu invólucro inessencial por uma abstração (extração) da essência, do puro no impuro “como se retira a casca que cobre a amêndoa” (*ibidem*, p. 37). Concepção que ignora o processo de produção do conhecimento posto que “se a essência não é imediatamente visível é que está encerrada, no sentido estrito, isto é, inteiramente recoberta e envolvida pela ganga do inessencial” (*idem*). É isso que Althusser chama de “complacência completa” com as “filosofias do ver” (*ibidem*, p. 38). Em suma, o empirismo é negado por ser uma concepção apriorística do conhecimento, que deixa de ser um processo para figurar como essência “*inscrita na estrutura do objeto real*” (*idem*) onde “o conhecimento já está, pois, realmente presente no objeto real que ele deve conhecer” (*idem*): ou seja, o conhecimento reside no objeto. Não é então sobre o conceito de *real* que se deve insistir para propor uma leitura não empirista dos processos de conhecimento, mas no conceito de *objeto*.

Althusser, por meio desse recuo crítico, lança as bases, os rudimentos de uma teoria da leitura e da história. É a partir desse cenário que Michel Pêcheux vai efetuar deslocamentos fundamentais para compreender a prática de leitura numa “relação entre a língua como sistema sintático intrinsecamente passível de jogo e a discursividade como inscrição de efeitos linguísticos materiais na história” (PÊCHEUX, 2010b, p. 58) por meio de uma recusa do bio-

psico-sociologismo e uma afirmação categórica do atravessamento entre língua e história.

Língua, discurso, história

Assim como Louis Althusser precisou efetuar um recuo crítico para conceber (ou esboçar) uma teoria antiempírica da leitura e da história, Michel Pêcheux¹⁶ também enfrentou uma batalha teórica – e política – para afirmar o conceito de língua fora do campo psicologista, biologista, logicista e sociologista pensando, simultaneamente, a questão do sujeito fora de um estatuto biossocial e idealista. Esse recuo é fundamental e constitutivo da problemática da análise de discurso, pois para Pêcheux a questão da leitura está diretamente implicada pela questão da língua. Isso me leva a enfatizar a importância de não considerar o trabalho de Michel Pêcheux como prolongamento ou desenvolvimento das problemáticas de Althusser no campo da linguagem (ou mesmo como um althusserianismo em linguística¹⁷) justamente porque essa consideração silencia¹⁸ as transformações e as especificidades dos deslocamentos empreendidos pelo filósofo no campo da linguística e diante do próprio empreendimento althusseriano. A questão da língua tem para Pêcheux um caráter fundamental e constitutivo da problemática da leitura, do sujeito¹⁹, do sentido e da prática política, sendo impossível compreender a articulação entre linguagem e história fora das relações entre semântica e sintaxe.

Ao elencar os diferentes gestos de análise de textos (num confronto entre a cultura literária e a cultura científica), o filósofo reconhece uma *divisão social do trabalho da leitura* e ressalta que, em linhas gerais, ambas as culturas ignoram “a realidade da língua como materialidade específica” (PÊCHEUX, 2010b, p. 56). No mesmo texto, critica tanto uma postura formalista (intralinguística) quanto uma “pragmática insensível às particularidades da língua” (*ibidem*, p. 49). Em suma, ressalta que uma prática de leitura que não leve em consideração a língua como uma materialidade própria cai no risco

¹⁶¹⁶ Não posso deixar de reconhecer a importância das contribuições dos companheiros de trabalho de Michel Pêcheux na formulação de uma teoria/análise materialista do discurso. Paul Henry, Françoise Gadet, Catherine Fuchs, Michel Plon, Denise Maldidier, Claudine Haroche, dentre outros, que tiveram um importante papel seja na fundação dos conceitos, seja no debate em torno deles.

¹⁷ Definição que aparece em Dosse, 1993.

¹⁸ A respeito da noção de *silenciamento*, ver Orlandi, 2007.

¹⁹ É fundamental, por exemplo, lembrar que para Michel Pêcheux o que ele chama de *efeito leitor* aparece como constitutivo da subjetividade. A esse respeito ver Fuchs; Pêcheux, 2010a.

do conteudismo e é inconcebível no quadro de uma teoria materialista do discurso fundamentalmente por não dar conta de compreender a materialidade *discursiva* enquanto um objeto simultaneamente social e histórico

[...] que não é nem a língua, nem a literatura, nem mesmo as “mentalidades” de uma época, mas que remete às condições de existência dos objetos (científicos, estéticos, ideológicos...) em uma conjuntura histórica dada (PÊCHEUX, 2011d, p. 152)

Esse batimento entre língua e discurso é sintomático do fato de que embora não seja o objeto fundamental da análise de discurso, a língua é pressuposta e constitui a sua problemática. É precisamente no entremeio língua/história que os objetos discursivos são constituídos, numa negação categórica do referencialismo linguístico – que pressuporia uma estrutura sêmica do objeto anterior à formulação²⁰ – colocando em cena o funcionamento da língua enquanto realidade atravessada pela história e pelo político, sendo essas instâncias constitutivas dos processos semânticos e não meros panos de fundo²¹.

Compreender o funcionamento do sentido considerando a língua como *base* de processos discursivos, leva Pêcheux a ressaltar “o funcionamento da língua em relação a si própria, enquanto realidade relativamente autônoma” (PÊCHEUX, 2011c p. 128), não como uma máquina lógica (e nem como uma superestrutura), mas como uma materialidade linguística e histórica *ao mesmo tempo*. É o que Françoise Gadet e Michel Pêcheux ressaltam ao mencionar a relação entre sintaxe e política:

Em toda língua falada por seres humanos, os traços significantes, as “marcas” linguísticas não se estruturam segundo a ordem lógica-matemática. A dificuldade do estudo das línguas naturais provém do fato de que suas marcas sintáticas nelas são essencialmente capazes de deslocamentos, de transgressões, de reorganizações. É também a

²⁰ Mais adiante veremos como a noção de *formação discursiva* determina essas relações.

²¹ Essas colocações são ainda mais interessantes quando a articulamos aos trabalhos em que Pêcheux analisa, por exemplo, os efeitos discursivos ligados ao funcionamento das orações relativas e que demonstram o caráter constitutivo da exterioridade na análise de processos “sintáticos” (Pêcheux, 2011b) ou na análise de palavras como *planejamento* e *mudança* no discurso da esquerda e da direita (Pêcheux, 2011a). De maneira semelhante, Paul Henry coloca a evidência do par explicativa/restritiva à prova em um estudo sobre as articulações entre sintaxe e discurso (Henry, 1990).

razão pela qual as línguas naturais são capazes de política (GADET; PÊCHEUX, 2004, p. 24)

Considerar a língua enquanto essa materialidade linguístico-histórica implica uma recusa categórica do biologismo e do logicismo e demanda um investimento incisivo numa concepção o de língua capaz de equívoco, constituída pela falha, num jogo entre a semântica – não como um nível a mais da linguística, mas como o ponto preciso onde a história se encontra com o linguístico – e a sintaxe. Uma concepção que leve em conta o “primado da metáfora sobre o sentido” (PÊCHEUX, 2009, p. 277), onde o “o não afirmado precede e domina o afirmado” (PÊCHEUX, 2010a, p. 178). Frente a essa recusa da semântica como *um nível a mais* e da sintaxe como *uma máquina lógica*, outra questão fundamental se coloca: há *línguas* (e descrições particulares, especificidades históricas) e há *língua* (o que autoriza a existência uma linguística *geral* baseada no *conceito* de língua). Essa questão possui efeitos significativos quando concebemos sintaxe e semântica como instâncias mutuamente implicadas e colocamos em cena o problema da *mesma* língua – ou efetivamente, o que é o *mesmo* quando se trata de língua – visto que os sentidos estão em jogo e não funcionam como um catálogo de objetos logicamente estáveis. É isso que leva Pêcheux a definir o formalismo-logicismo como uma *fachada* que silencia a contradição constitutiva entre língua e a sua exterioridade constitutiva:

[...] compreender como aquilo que hoje é *tendencialmente* ‘a mesma língua’, no sentido linguístico desse termo, autoriza funcionamentos de ‘vocabulário-sintaxe’ e de ‘raciocínios’ antagonistas; em suma, trata-se de pôr em movimento a contradição que atravessa a tendência formalista-logicista sob as evidências que constituem a sua fachada (PÊCHEUX, 2009, p. 24)

Isso é fundamental para refutar a proposição de uma semântica *geral*, pois embora os níveis da teoria linguística se apliquem a quaisquer línguas, não há como conceber uma semântica desse tipo, “como se a correspondência entre teoria geral e o estudo particular de uma dada língua desaparecesse no nível da semântica” (PÊCHEUX, 2011c, p. 124). Isso é fundamental para compreendermos como a semântica é tratada no quadro do bio-psico-logicismo (e mesmo do historicismo/sociologismo, onde as particularidades históricas são

tomadas no âmbito da variação, numa *correspondência* entre o linguístico e o “social”). Michel Pêcheux observa que para essas posições teóricas, os componentes sociais aparecem nos três níveis, mas são tomados como elementos laterais, secundários, enquanto “o laço que liga as ‘significações’ de um texto a suas condições sócio-históricas não é, de forma alguma, secundário, mas constitutivo das próprias significações” (*ibidem*, pp. 124-125). O fato é que a linguística exclui do seu campo de investigações a questão do sentido não por uma falha, mas um modo específico de se relacionar com as suas problemáticas, objeto e, especificamente “na relação que esta ciência mantém com o seu exterior específico e que ela mesma expressa pela oposição língua-fala” (*ibidem*, p. 125) o que demonstra, conforme aponte na seção anterior, a relação entre conjuntura e (in)visibilidade. Diante desse cenário o filósofo propõe uma mudança de terreno fundamental onde se juntam a questão da língua e da história numa luta contra e o historicismo (que nega a luta de classes) o bio-psico-logicismo que nega o político (...e o inconsciente!) e se baseia na fantasia ideológica das “*línguas lógicas de referentes unívocos*” (PÊCHEUX, 2010b, p. 55). A esse respeito o filósofo afirma:

Não faltam boas almas se dando como missão livrar o discurso de suas ambiguidades, por um tipo de “terapêutica da linguagem” que fixaria enfim o sentido legítimo das palavras, das expressões e dos enunciados. É uma das significações políticas do desígnio neopositivista esta de visar construir logicamente, com a bênção de certos linguistas, uma *semântica universal* suscetível de *regulamentar* não somente a produção e a interpretação dos enunciados científicos, tecnológicos, administrativos... mas também (um dia, por que não?) dos enunciados políticos. (*idem*)

Essa crítica de uma semântica universal que enfim categorizaria os objetos livrando a língua dos seus defeitos fundamentais²² (sendo a linguística uma espécie de legislação do sentido, recortando as suas falhas constitutivas pela regulamentação) recai, conseqüentemente na crítica de uma sintaxe lógica que teria como função apenas a organização desses objetos transparentes. Isso não significa a desconsideração da semântica e a sintaxe mas, ao contrário, uma reformulação – uma mudança de terreno – em conformidade com

²² A esse respeito, vale lembrar a crítica de Paul Henry a Frege. Cf. Henry, 1992.

uma concepção do funcionamento da língua que preserve a sua autonomia relativa (o que Pêcheux chama de relação da língua consigo mesma) e que não a feche na ordem matemática, na medida que há um *real* na língua impossível de ser administrado pela formalização e que a constitui como objeto equívoco implicado pelo político. Pêcheux precisa:

A materialidade da sintaxe é realmente o objeto possível de um cálculo – e nesta medida os objetos linguísticos e discursivos se submetem a algoritmos eventualmente informatizáveis – mas simultaneamente ela escapa daí, na medida em que o deslize, a falha e a ambiguidade são constitutivos da língua, e é aí que a questão do sentido surge do interior da sintaxe (PÊCHEUX, 2010b, p. 57)

Faço questão de frisar essa passagem: *a questão do sentido surge do interior da sintaxe*. Essa formulação é crucial para compreender o tipo de articulação que, em Pêcheux, situa a leitura no *entremeio*, na relação entre um sistema passível de jogo e os efeitos materiais da história na língua. É tendo como ponto fundamental esse gesto anti-logicista (e mesmo anti-biologista, conforme veremos logo abaixo) que Pêcheux (e seus companheiros) investem em críticas pontuais a certas concepções de língua que longe de serem meras descrições teóricas estão fortemente associadas a posições políticas.

Em um texto crítico e de cunho eminentemente epistemológico, datado de 1982, Claudine Haroche, Françoise Gadet, Paul Henry e Michel Pêcheux, propõem uma concepção psicanalítica de linguagem (amparada, sobretudo, na concepção lacaniana de *função simbólica*) como alternativa teórica às concepções oriundas de abordagens psicologistas, behavioristas ou logicistas da época, colocando em cena a tensão entre o *unívoco* e o *equívoco*. Os autores trazem à baila a relação *institucional* entre a linguística e a psicologia para, na verdade, desenvolver uma crítica da relação *teórica* entre língua e sujeito tal como operada na psicologia, diante de um reducionismo teórico que circunscreve a linguagem à lógica e à biologia.

A crítica dos autores incide sobre uma questão pontual para que se pense em uma teoria (linguística) que dê conta de sustentar uma teoria *materialista* do discurso: a irredutibilidade da língua a fatores lógicos, cognitivos ou biológicos. Uma crítica tripla que toma como alvos o construtivismo de Jean Piaget e a sua concepção de língua como substrato lógico-cognitivo; o biologismo fixista de Noam

Chomsky, que considera a língua enquanto um substrato lógico-cognitivo-neurológico; e o psicologismo simplificador dos behavioristas, que considera a língua enquanto um substrato adquirido.

A crítica dos autores parte da questão fundamental de que as línguas possuem a dupla capacidade de construir ao mesmo tempo o *unívoco* e o *equívoco* e que essa tensão constitutiva não pode ser deixada de lado ao se empreender um estudo sobre o funcionamento da linguagem humana. Partindo de exemplos como “nunca se ouvirá da boca de um matemático: ‘nós vamos mais ou menos contar os elementos do conjunto X’” (GADET; HAROCHE; HENRY; PÊCHEUX, 2011, p. 56), os autores admitem que as línguas possuam uma estabilidade morfossintática (e isso garante ao falante essa propriedade fundamental, essa possibilidade do *unívoco*). Porém esse substrato lógico e estável está sujeito, a todo o tempo, ao *equívoco*, justamente por conta de outras propriedades fundamentais e intrínsecas que a língua oferece ao falante, como a modalização, a metáfora e a predicação: recursos que oferecem a possibilidade à linguagem de “deslizar fora do espaço da univocidade literal” (*idem*).

A psicanálise lacaniana, que (se) sustenta (n)a afirmação de que “o inconsciente é estruturado como uma linguagem”, oferece à linguística a condição de pensar essas possibilidades (equívocos, deslizos, falhas) a partir de uma outra diretriz que não mais se sustenta em um psicologismo que reduz o simbólico ao cognitivo. Esse limite outro que o saber psicanalítico coloca frente à linguística sugere uma forma de lidar, teoricamente, com o que as outras concepções deixam de lado em seus gestos reducionistas. O exemplo, trazido pelos autores, da criança que tinha dificuldades em aritmética²³, traduz bem a relação íntima entre *inconsciente* e *linguagem* trabalhada desde Freud quando, nas *histerias de conversão*, o corpo servia de suporte para uma angústia (sentido) inconsciente. Assim, um *mau passo na vida* (desejar o marido da irmã, por exemplo) se *convertia* em uma paralisia na perna. O corpo textualiza, dá suporte à angústia do sujeito e se transforma em *sintoma*.

O argumento que fundamenta a redução da linguagem às suas instâncias *bio-psico-lógicas* é a não acessibilidade do conhecimento científico a essas *outras questões* que dariam um *ar totalizante* às

²³ Os autores citam o caso de um garoto com problemas em aritmética e que não conseguia *contar* por não poder *contar com* ninguém e não poder *contar nada* para ninguém.

ambições da Psicologia. Assim, o trazido à tona é o possível de ser matematizável, logo, apreensível pela pesquisa científica orientada pela neuropsicologia e pelas neurociências. O que os autores querem demonstrar é o fundo político dessa artimanha teórica que desemboca na constituição de um modelo de pesquisa contraditoriamente totalizante (tal como a *sociobiologia*), amparado numa concepção positivista de ciência social que encara o psicológico, ou o subjetivo, como determinação biológica. Novamente, a psicanálise intervém nessa questão, pois situa a passagem do biológico ao humano na própria inscrição à linguagem. A ordem humana (ou a Lei da Ordem, para Lacan) que inscreve o sujeito na ordem do significante é, por sua vez, a própria ordem fascista da linguagem que obriga a dizer e a interpretar.

A linguagem ocupa um lugar privilegiado na psicologia e a psicolinguística, enquanto campo disciplinar, poderia ter feito uma articulação profícua entre a instância psicológica e a instância linguística, mas se limitou, segundo os autores, a uma concepção restritiva tanto do âmbito psicológico quanto do lingüístico. Sendo questão fundamental, a linguagem aparece sempre, porém, revestida de um caráter logicista e biologizante que recobre, sob o manto do “estritamente científico”, diversas questões de ordem política e instituem um falso debate: o silenciamento de um *real* da língua, irreduzível às proposições *bio-lógicas* e o contorno teórico ao redor de uma *exploração* da biologia em função da linguística ou da psicologia, fazem entender que a relação do “*real* (pelo simbólico e pelo imaginário) com a metáfora, com o jogo de palavras, a ficção e o absurdo se situa de fato bem acima desse debate” (*ibidem*, p. 66). A reflexão dos autores a respeito do liame entre psicologia e linguística desemboca no questionamento dos usos “científicos” de certos programas de pesquisa em torno da inteligência artificial. Qual a utilidade (técnica, política) desse programa? A questão fundamental que se coloca, enfim, aos pesquisadores que buscam uma compreender a relação entre pensamento (mente, da ordem do psicológico), linguagem (da ordem do simbólico) e cérebro (da ordem do biológico), é “discernir o que arrisca se apagar sob as evidências de um consenso científico que a toca diretamente” (*ibidem*, p. 71).

Ora, é justamente o recurso à história como instância constitutiva dos processos semânticos (e da articulação entre semântica e sintaxe) que faz frente ao bio-psico-logicismo. Ou seja, a relação entre língua e história intervém como fundamento crítico

dessa mudança de terreno e da reconsideração dessas instâncias que correm o risco de serem apagadas por uma falsa questão que dilui a língua nas relações psicobiológicas. Pêcheux é, inclusive, categórico ao assinalar que a teoria do discurso “constitui de direito um setor do materialismo histórico destinado, provavelmente, a um grande desenvolvimento” (PÊCHEUX, 2011c, p. 128) e que “a região do materialismo histórico que nos diz respeito é a da superestrutura ideológica em sua ligação com o modo de produção que domina a formação social considerada” (PÊCHEUX; FUCHS, 2010, p. 162) como modos de marcar posição nas ciências “humanas” e, mais especificamente, no próprio campo marxista. Em outro momento afirma:

Pensamos que uma referência à História, a propósito das questões de Lingüística, só se justifica na perspectiva de uma análise materialista do efeito das relações de classe sobre o que se pode chamar as ‘práticas linguísticas’ inscritas no funcionamento dos aparelhos ideológicos de uma formação econômica e social dada: com essa condição, torna-se possível explicar o que se passa hoje no ‘estudo da linguagem’ (PÊCHEUX, 2009, p. 22)

Assim como em Althusser, não é de qualquer história que se trata. Na busca de questionar as evidências que fundam a semântica enquanto *ramo* da linguística, intervém também a questão do historicismo que, sustentado no humanismo, nega a luta de classes e substitui a análise das relações sociais por uma psicossociologia das relações interindividuais. A crítica ao historicismo toma em Pêcheux uma importância substancial no que diz respeito aos estudos sobre a língua. No historicismo, a história é concebida “sob a forma da diferença e das transformações sociais, sob a modalidade das heterogeneidades empíricas que recobrem a homogeneidade tendencial subjacente à sociedade humana” (PÊCHEUX, 2011e, p. 180). Se a história é homogênea e o heterogêneo é mero acidente, a *contradição* deixa de ser elemento constitutivo para figurar como uma desvio ou, no máximo, como uma irregularidade que interrompe o processo histórico (ou o devir) e a relação entre língua e história é de correspondência, jamais de constitutividade. Essa perspectiva não pode dar conta de um funcionamento que articula o linguístico e o histórico – ou a base linguística e os processos discursivos –

enquanto processos pertencentes à luta ideológica e política. Em suma, à luta de classes.

Contra o devir e uma concepção empirista de história, um conceito fundamental vai aproximar a reflexão teórica de Pêcheux do conceito marxista de totalidade e fundamentar o terreno efetivo das relações entre língua e os processos discursivos: o conceito de interdiscurso – o “todo complexo com dominante” das formações discursivas²⁴. Esses dois conceitos – interdiscurso e formação discursiva – são definitivos no rompimento com o historicismo e o bio-psico-logismo e fundamentais para que se compreenda o funcionamento da língua face a história e à produção do sujeito. Conceitos que ao mesmo tempo reconfiguram a problemática intralinguística através de reformulações, tal como o de *pré-construído* (uma reconfiguração do conceito de pressuposição que implica a inscrição da língua na histórica) e de *efeito de sustentação* (uma maneira de pensar as orações explicativas a partir da relação entre língua e exterioridade)²⁵, da *metáfora* e da *polissemia* e que colocam em suspenso tanto a semântica quanto a sintaxe. Todos esses conceitos estão determinados pela estrutura do interdiscurso e do que Pêcheux chama de *caráter material do sentido* que é dissimulado por sua evidência para o sujeito e depende constitutivamente do interdiscurso.

A questão da formação discursiva se coloca aqui como um ponto de encontro entre língua e o história. Oriunda dos trabalhos de Michel Foucault, a noção é repensada a partir das especificidades e particularidades teóricas e políticas da análise de discurso²⁶. Fundamentalmente ligada à noção de formação ideológica – “um elemento suscetível de intervir – como uma força confrontada a outras forças – na conjuntura ideológica característica de uma formação social em um momento dado” (HAROCHE; HENRY; PÊCHEUX, 2011, p. 27) – o conceito de formação discursiva é fundamental para demonstrar como a questão do sentido é intimamente articulada às posições daqueles envolvidos no processo de enunciação, mudando de sentido em uma ou outra formação discursiva. Essa concepção do funcionamento da língua determina o que se pode chamar de *polissemia*, rompendo a concepção

²⁴ Pêcheux, 2009.

²⁵ Pêcheux vai classificar *pré-construído* e *efeito de sustentação* como elementos do interdiscurso “que constituem no discurso do sujeito *os traços daquilo que o determina*, são re-inscritos no discurso do próprio sujeito” (PÊCHEUX, 2009, p. 150).

²⁶ Como bem apontou Damon Mayaffre. Cf. Mayaffre, 2011.

referencialista/empirista do “mesmo objeto”, onde a polissemia estaria ligada às formas distintas de significar esse “mesmo”²⁷. Pensar o sentido a partir desse jogo de posições em litígio (determinado pelas formações discursivas em cena no processo de funcionamento da enunciação) quebra a possibilidade de pensar o sentido como uma variação (conforme apontei ao mencionar do *primado da metáfora sobre o sentido*), mas como uma *negação do mesmo*, ao afirmar que significantes idênticos podem ter sentidos distintos, opostos, conflituosos por causa, justamente, da relação entre língua e formação social. Em termos linguísticos, o conceito de formação discursiva aniquila a noção sociologista (e, logo, historicista) de “atos de fala” ao mesmo tempo que o conceito de *processo discursivo* denuncia o seu “antropologismo psicologista”. Pêcheux vai afirmar que:

O processo do discurso não deve, evidentemente, ser confundido com o ato de fala do sujeito falante individual, noção que se torna inútil e perigosa à medida que o estudo dos processos (não centrados sobre um “sujeito falante”) faz aparecer o caráter empírico desta noção (PÊCHEUX, 2011c, p. 128)

Vale mencionar que, ao lado da categoria de formação discursiva, as categorias de *polissemia* e *metáfora* colocam a questão do sentido como intrinsecamente ligada ao funcionamento da língua frente a história e ao político. A metáfora não é vista como um processo posterior a uma enunciação primeira, mas um processo histórico inscrito no domínio das formações discursivas. É isso que garante um conceito de polissemia fora do senso generalista das “várias significações de uma mesma coisa”, mas numa construção do significante já determinada pelas relações metafóricas inscritas no político. É esse recuo que permite o rompimento com o mito da literalidade e do sentido próprio, estando o sentido submetido à inscrição em uma ou outra formação discursiva. Ou, conforme aponta Pêcheux, ao ressaltar que

²⁷ Rancière, a partir da noção de *desentendimento*, critica com um bom exemplo esse funcionamento ao afirmar que “o desentendimento não é o conflito entre aquele que diz *branco* e aquele que diz *preto*. É o conflito entre aquele que diz *branco* e aquele que diz *branco* mas não entende a mesma coisa, ou não entende de modo nenhum que o outro diz a mesma coisa com o nome de *brancura*” (RANCIÈRE, 1996, p. 11)

[...] não há, de início, uma estrutura sêmica do objeto e, em seguida, aplicações variadas dessa estrutura nesta ou naquela situação, mas que a referência discursiva do objeto já é construída em formações discursivas (técnicas, morais, políticas...) que combinam seus efeitos em efeitos de interdiscurso (PÊCHEUX, 2011d, p. 158)

Essa negação da “estrutura sêmica” prévia ao processo de formulação é solidária à premissa de que a relação entre sujeito e sentido é constitutiva, visto que para Michel Pêcheux o próprio processo de interpelação²⁸ é reconfigurado a partir da identificação com uma formação discursiva, ou seja, ligado ao simbólico. Há aqui uma simultaneidade na produção do sujeito e do sentido que rompe com a literalidade e com o idealismo do sujeito e dos processos semânticos, pois se não existe prática sem sujeito não se pode confundir prática com atividade ou ato e cair no mito idealista do sujeito mestre de si. Não uma prática *de* sujeitos, mas práticas *que constituem* sujeitos no jogo entre formações ideológicas e discursivas que situam o sujeito como responsável e autor das práticas como um efeito ideológico fundamental desse processo. É aqui que o conceito de *forma-sujeito* é fundamental para articular o processo de produção do sujeito ao funcionamento da língua²⁹. Articulando o assujeitamento ao interdiscurso (o que já marca uma especificidade frente à teorização althusseriana), Pêcheux afirma que os “indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos falantes (em sujeitos de seu discurso) por formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes” [...] e “a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se realiza pela identificação do sujeito com a formação discursiva que o domina” (PÊCHEUX, 2009, p. 198) sendo a unidade do sujeito e a evidência do sentido garantidas por uma relação de incorporação/dissimulação com os saberes do interdiscurso.

Essas considerações rompem ao mesmo tempo com uma concepção idealista de sujeito e uma concepção sociologista (e empirista) de língua que ignora a distinção entre *língua* e *fala* ou, no máximo, ignora a língua ao propor a fala como objeto. E a importância da noção de formação discursiva nessa ruptura é fundamental, pois na medida que o sentido de uma palavra não existe em si mesmo, mas é determinado pelas posições daqueles que as

²⁸ Althusser, 1985.

²⁹ A esse respeito, ver Haroche, 1992 e Pêcheux, 2009.

empregam e que essas posições, por sua vez, tem a ver com as formações ideológicas (que articula posição e conjuntura) é a formação discursiva (e não o “social”, o “contexto” ou a “situação”) que vai dar sentido às palavras e, ao mesmo tempo, determinar o que pode (e deve) ser dito em certas condições. É através da formação discursiva que se passa a relação entre o sujeito (enquanto um suporte) e os processos enunciativos. Pêcheux detalha, afirmando que

a relação de articulação dos processos sobre a base linguística torna-se possível pela existência, no próprio interior desta base, de mecanismos resumidos pelo termo enunciação, pela qual se efetua a tomada de posição do “sujeito falante” em relação às representações das quais ele é o suporte (PÊCHEUX, 2011c, pp. 128-129)

Esses deslocamentos basilares, que colocam a língua como um conceito incontornável para que qualquer processo de leitura seja possível, são determinantes da especificidade dos recuos críticos de Pêcheux frente à linguística e colocam questões para o marxismo, obrigando-o a considerar a linguagem – a partir de um ponto de vista específico – como um lugar fundamental para a luta política.

Conclusão

Entre a proposição de uma implicação política da leitura (em Althusser) e de uma ênfase na importância da língua – na articulação entre sintaxe e semântica – para o trabalho com o sentido (em Pêcheux), uma questão em comum se coloca: a prática de leitura é constitutiva de todo trabalho crítico e pensar o modo de produção dessa leitura é fundamental para que não se caia no mito idealista que ora desemboca no conteudismo (onde se apaga a língua), ora no fetichismo da estrutura (onde se apaga a história). Desvios que não permitem o deslocamento, a *mudança de terreno*, justamente por estarem fundamentadas na ideia de um sentido original que deve apenas ser encontrado por uma hermenêutica correta.

Nesse sentido, Althusser mostra que desde Marx, lendo a Economia Política, há uma forma de ler que não é mera apreensão de conteúdo, mas uma prática que articula o texto à conjuntura, o afirmando como uma prática constituída por um processo específico e que permite o conhecimento do texto fora de uma concepção empirista justamente por romper com uma concepção empirista da

história. Porque assim como não se chega ao conhecimento da estrutura econômica e da estrutura política nem pela prática econômica e nem pela prática política, a prática de leitura só pode *conhecer* enquanto uma prática *teórica* que desloca as evidências, desfaz falsas questões e promove a entrada de outras. Althusser ilustra esse ponto afirmando que

da mesma maneira que o conhecimento das leis da natureza não pode ser o produto da simples prática técnica e da percepção, as quais não fornecem mais do que observações empíricas e receitas técnicas, mas é, ao contrário, o produto de práticas específicas, distintas destas práticas imediatas, as práticas científicas” (ALTHUSSER, 1967, pp. 34-35)

Essa posição está em estrita consonância à importância atribuída por Pêcheux a um *instrumento científico*³⁰ que em relação a uma teoria materialista das práticas sociais buscava deslocar, a partir do trabalho conceitual, um campo ideológico. Ele não queria justapor instrumentos (visto que o empirismo também utiliza instrumentos – sem, porém, realizar uma apropriação do instrumento pela teoria – tal como a semiologia em relação à linguística), mas fornecer algo a mais para o quadro epistemológico das ciências sociais para, efetivamente, *transformar* a prática científica das ciências sociais.

Esse cenário, que transforma leitura e sentido em *problemas* para a filosofia e para a linguística, é fundamental no processo de construção de uma teoria materialista do discurso e ganha corpo com a ênfase da língua como conceito incontornável que institui um novo campo de problemáticas frente a questão do *ler*. Muda, também, o próprio objeto a ser lido pois, como Pêcheux faz questão de frisar, o que *funciona* é a língua, não o texto. Se para Althusser a questão do simbólico está condensada na sua problemática geral e não merece uma ênfase, Pêcheux faz questão de afirmar que somos sujeitos *de linguagem* e que se a ideologia só existe através de práticas deve haver algo que liga o simbólico ao ideológico. Isso não é posto em questão por Althusser neste momento, pois a questão do sujeito *da ideologia* não está posta numa articulação com o funcionamento da linguagem e tudo se passa no nível do funcionamento do modo de produção. Ele diz que

³⁰ Henry, 2010.

tudo se passa como se os homens, para existirem como seres conscientes e ativos na sociedade que condiciona toda sua existência, tivessem necessidade de dispor de uma certa representação de seu mundo, que pode permanecer em grande parte inconsciente e mecânica, ou ao contrário ser mais ou menos consciente e refletida. A ideologia aparece assim como certa representação do mundo, que liga os homens às suas condições de existência e os homens entre si na divisão de suas tarefas e na igualdade ou desigualdade de sua sorte (*ibidem*, p. 35)

Efetuada um deslocamento a partir do conceito de *forma-sujeito*, Pêcheux coloca a questão do sujeito de linguagem fora do referencialismo (relação palavra/coisa como uma “etiquetagem” do mundo), mas ao nível das relações da cadeia significante com o domínio ideológico, a história e o político (relação língua/formação social, posição sujeito, formações discursivas). O próprio Althusser, no entanto, assume que a relação ideológica (ele chama de *laço* ou *liame*) é preexistente à sociedade de classes sob a forma da religião (que só é possível a sujeitos *de linguagem*) e abre caminhos para que se pensem as relações políticas e ideológicas no âmbito da linguagem, inclusive afirmando que o “combate filosófico sobre palavras faz parte do combate político” (ALTHUSSER, 1980a, p. 164). Um ponto que Pêcheux desenvolve, ao dizer que

a luta ideológica não tem nada a ver com os chamados mal entendidos semânticos que provocam problemas que desapareceriam à luz da formulação de uma semântica universal. No terreno da linguagem, a luta de classes ideológica é uma luta pelo sentido das palavras, expressões e enunciados, uma luta vital por cada uma das duas classes sociais opostas que tem se confrontado ao longo da história (PÊCHEUX, 2011a, p. 273)

E nesse sentido uma coisa não pode deixar de ser dita: tanto Althusser quanto Pêcheux desenvolvem teorias que são frutos de lutas teóricas e políticas e, sobretudo, *para* a luta teórica e política. Michel Pêcheux sempre lutou contra “a visão higienista do neopositivismo que tende a construir, com a benção dos linguistas, uma semântica universal não-ambígua” (PECHEUX, 2011b, p. 131) insistindo na tensão entre o unívoco e equívoco como o próprio funcionamento da língua e não como fenômenos acessórios.

Althusser, por sua vez, viveu numa luta incessante contra as tentativas de transformar o marxismo numa ideologia humanista. Histórias de luta que mostram uma relação íntima entre prática teórica e prática política. Diante dessas lutas, o gesto de apagar ou atenuar o marxismo da análise de discurso – na querela em torno das filiações e heranças (essa palavra complicada) – é um obstáculo à instituição de um dispositivo teórico e político revolucionário: diluir o marxismo significa extrair o nódulo político da análise de discurso, transformando-a em uma teoria reformista. Não é “fora”, mas “dentro” da análise de discurso que o empreendimento crítico e politicamente comprometido tem a sua potencialidade fora do domínio idealista e humanista. A questão, então, não é buscar nos “novos” problemas e questões que a “contemporaneidade” ou “pós-modernidade” nos “apresentam” diante de conceitos supostamente “ultrapassados” como classes sociais, luta de classes e assujeitamento numa relação semelhante àquela que Althusser denomina de “ideologia da interdisciplinaridade”, onde uma disciplina busca fora dela uma solução ou resposta para as suas questões. Assim, questões legítimas e constitutivas como o papel da *luta de classes* no funcionamento contraditório do sentido, por exemplo, passam a ser tratadas como uma “fase” da história e do político e novas categorias (de preferência não marxistas) guiam, sustentam e dão base à reflexão. E essa é sobretudo uma questão política e que incide diretamente no método discursivo, ou seja, no modo como se pratica a análise de discurso.

É preciso insistir que a relação de Pêcheux com o marxismo³¹ não é de *fase*, mas de *constitutividade*; não é uma relação de complementaridade e nem de dogmatismo. O marxismo estrutura o empreendimento da análise de discurso de tal forma que não há como separá-los, tal como não se separa a fundação de uma casa das suas paredes a não ser por uma implosão que destrói por completo a antiga estrutura. E, nesse caso, a antiga estrutura que está sendo destruída é a própria direção política e revolucionária da análise de discurso sobretudo diante da relação de Pêcheux com Althusser e que se desenha em duas frentes: uma frente *crítica* (que, enquanto crítica, se coloca na potencialidade de *conhecimento*) e uma frente que

³¹ E não com qualquer leitura do marxismo, visto que as implicações de uma teoria do sujeito constituído pelo simbólico e atravessado pelo inconsciente são incompatíveis, por exemplo, com uma ontologia. Qualquer tentativa de associar Pêcheux a Lukács, por exemplo, encontra sérias dificuldades.

recusa ou abandona, que não produz senão apagamento (no campo da teoria) e revisionismo (no campo da história da teoria).

E isso não significa, absolutamente, que essa relação é de continuidade ou de desenvolvimento e acho que o busquei aqui, justamente, afirmar essa relação de constitutividade e deslocamento que faz parte da relação entre a análise de discurso e o marxismo. Há sim em Michel Pêcheux uma crítica à tentativa (humanista) de instituir o marxismo como uma metateoria ou como uma ciência régia. Mas essa crítica é igualmente operada por Althusser, por exemplo³². Isso já desautoriza um certo tipo de fixismo que encerra o pensamento althusseriano enquanto uma caricatura de teoria obsoleta. Creio ser mais interessante insistir nas relações (e na tensão) entre o que é constitutivo e o que é deslocado, buscando os limites (e colocando em suspenso certas questões) e contribuições fundamentais, do que recuar diante do desafio político e teórico proposto pelo marxismo e que Michel Pêcheux sempre fez questão de enfatizar. É por isso que uma análise de discurso comprometida em *produzir conhecimento para intervir na luta política* não pode abrir mão de pensar os conceitos que a constituem nem se esquivar de pensar o seu lugar na conjuntura teórica e política.

³² Althusser, 2007.

Referências:

ALTHUSSER, Louis. “Marxismo, ciência e ideologia”. In: DOMERGUE, Raymond. *Marxismo segundo Althusser*. Lisboa: Sinal, 1967. (p. 10-55)

_____. *Filosofia e filosofia espontânea dos cientistas*. São Paulo: Martins Fontes; Lisboa: Editorial Presença, 1979a.

_____. “De O Capital à filosofia de Marx”. In: _____ et al. *Ler O Capital*, volume I. Rio de Janeiro: Zahar, 1979b. (pp. 11-74)

_____. “A filosofia como arma da revolução: resposta a oito questões”. In: _____. *Posições II*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980a.

_____. O objeto de O Capital. In: _____ et al. *Ler O Capital*, volume II. Rio de Janeiro: Zahar, 1980b. (pp. 11-74)

_____. “Apresentação de Louis Althusser” In: HARNECKER, Marta. *Conceitos elementares do materialismo histórico*. São Paulo: Global, 1981. (pp. 7-11)

_____. *Aparelhos ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

_____. “O marxismo como teoria finita”. *Revista Outubro*, n. 2, 2007, pp. 63-73. Disponível em: http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/02/out2_05.pdf.

Acessado em 11/05/2014.

DOSSE, François. *História do estruturalismo*, v.1: o campo do signo 1945-1966. São Paulo: Ensaio/ Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. *A língua inatingível: o discurso na história da linguística*. Campinas, SP: Pontes, 2004.

_____; HAROCHE, Claudine; HENRY, Paul; PÊCHEUX Michel. “Notas sobre a questão da linguagem e do simbólico em psicologia”. In: ORLANDI, Eni. *Análise de discurso, Michel Pêcheux: textos escolhidos*. Campinas: Pontes, 2011 (pp. 55-71)

HAROCHE, Claudine. *Fazer dizer, querer dizer*. São Paulo: Hucitec, 1992.

_____; HENRY, Paul; PÊCHEUX, Michel. “A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso”. In: BARONAS, Roberto (Org) *Análise de discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011. (pp.13-32)

HENRY, Paul. Construções relativas e articulações discursivas. *Caderno de Estudos Linguísticos*, Campinas, n° 19: 43-64, julho/dezembro de 1990.

_____. *A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

_____. “Os fundamentos teóricos da Análise Automática do Discurso de Michel Pêcheux”. In: GADET, F; HAK, T. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2010.

LÉON, Jacqueline; PÊCHEUX, Michel (2011) “Análise sintática e paráfrase discursiva”. In: ORLANDI, Eni. *Análise de discurso, Michel Pêcheux: textos escolhidos*. Campinas: Pontes. (pp. 151-161)

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da Economia Política*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MAYAFFRE, Damon. “Formações discursivas e discurso político: a exemplaridade dos discursos comunistas versus burgueses”. In: BARONAS, Roberto (Org) *Análise de discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011 (pp. 47-62)

PÊCHEUX, Michel (2009) *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

_____. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F; HAK, T. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2010a. (p. 59-158)

_____; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. *Por uma análise automática do discurso: uma*

introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2010. (p. 159-251)

_____. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni (org.) *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010b. (pp. 49-60)

_____. “As massas populares são um objeto inanimado?”. In: ORLANDI, Eni. *Análise de discurso, Michel Pêcheux: textos escolhidos*. Campinas: Pontes, 2011a. (pp. 251-273)

_____. “Efeitos discursivos ligados ao funcionamento das relativas em francês”. In: ORLANDI, Eni. *Análise de discurso, Michel Pêcheux: textos escolhidos*. Campinas: Pontes, 2011b. (pp. 131-140)

_____. “Língua, linguagens, discurso”. In: ORLANDI, Eni. *Análise de discurso, Michel Pêcheux: textos escolhidos*. Campinas: Pontes, 2011c. (pp. 121-129)

_____. “Metáfora e interdiscurso”. In: ORLANDI, Eni. *Análise de discurso, Michel Pêcheux: textos escolhidos*. Campinas: Pontes, 2011d. (pp. 151-161)

_____. “Remontemos de Foucault a Spinoza”. In: BARONAS, Roberto (Org) *Análise de discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011e. (pp. 177-192)

ORLANDI, Eni. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais no Estado capitalista*, volume I. Porto: Portucalense Editora, 1971

RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento: política e filosofia*. São Paulo: Editora 34, 1996.